

Contestação na rua

## Polémica nas farmácias sociais

A Associação Nacional das Farmácias (ANF) reúne-se hoje para discutir a polémica sobre as farmácias sociais, dois dias antes de iniciar uma campanha que contesta a sua criação.

O encontro junta em Lisboa delegados farmacêuticos de todo o país também para "definir uma linha de orientação" interna para a actuação futura da associação.

A controvérsia começou depois do secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, ter proposto a criação de cem farmácias tuteladas por entidades sociais, para melhorar a cobertura farmacêutica nacional.

As farmácias sociais não pertença de insti-

tuições como as misericórdias e mutualidades e o acesso está restrito apenas aos sócios destas entidades.

O presidente da ANF, João Cordeiro, acusa-o de imediato Ferro Rodrigues de pretender criar "cem parafusos fiscais".

As críticas foram feitas em conferência de imprensa e através de uma carta a Ferro Rodrigues, que vai ser tornada pública este fim-de-semana nos jornais.

Segunda-feira, a ANF inicia uma campanha, intitulada "o país não precisa de farmácias sociais", que deverá contar com a participação de oito mil farmacêuticos.

Carvalhos apela

## "Viragem à esquerda" na CDU



O secretário-geral do PCP afirmou ontem à noite, em Santarém, que Portugal "não está condenado a um rotativismo sem alternativa" e apelou a um reforço da votação na CDU como único garante de uma "viragem à esquerda" na política nacional.

Carlos Carvalhos, que falava no final do jantar de apresentação dos candidatos da CDU pelo distrito de Santarém, frisou que "o PSD não é alternativa ao PS, mas o PS também não é uma alternativa de esquerda no PSD e o país precisa urgentemente de uma nova política".

O líder comunista periu ainda que Durão Barroso e Ferro Rodrigues digno o que os distinguem de Cavaco Silva e António Guterres, "não na encenação, na pose, na dita atitude, mas nas políticas".

Carvalhos destacou também a "postura cons-

trutiva" da CDU na Assembleia da República, citando os 100 projectos da lei apresentados e a marca do PCP em todas as medidas positivas aprovadas no Parlamento.

Lúcia Mesquita, deputada entre 1983 e 1985 e de 1995 até agora, deu conta do trabalho realizado, realçando que "uma só deputada levou mais vezes a voz do distrito à Assembleia da República que os restantes (nove) deputados eleitos" pela região, acusando os socialistas de, no Parlamento, não terem viabilizado iniciativas com que se tinhama comprometido com o eleitorado.

Afirmando que os deputados eleitos pela CDU "não sempre têm certificado de garantia", tanto para "impedir qualquer maioria absoluta" como para cumprir as propostas eleitorais, Lúcia Mesquita pediu aos eleitores para darem "mais força àqueles que lhes dão voz" e que fazem da política "um espaço de intervenção ao serviço dos outros e não em benefício próprio".

A lista da CDU pelo distrito de Santarém integra ainda os nomes de Sérgio Almeida, ex-deputado na AR e no Parlamento Europeu, e de José Casanova, director do "Avente" e membro da comissão política do comité central do PCP.

Segue-se o sindicalista Vílmar Henriques, o jovem Susana Gaipar, o ex-vereador na Câmara de Salvaterra de Magos Vasco Feijó, Berta Pereira, do conselho nacional dos Verdes, Luís Martins (independente), presidente da Assembleia Municipal de Benavente, Isabel Covilheiro, vereadora na Câmara de Abrantes, e Mário Pereira, de Alpiarça.

Cerca de 3.500 agressões

## Violências nas escolas em 2001

Em 2001 foram praticados pelas escolas portuguesas 3.494 actos violentos sobre alunos e professores no interior e no exterior dos estabelecimentos de ensino.

Segundo dados do Ministério da Educação, hoje divulgados, o número de participações feitas pelas escolas quase que triplicou de 1999 para 2001.

Em 1999 registaram-se um total de 1300 ocorrências contra alunos e professores, no ano seguinte 2000 e em 2001 o número elevou-se para 3494 casos.

No exterior da escola os casos de agressão dirigida a alunos diminuíram. Em 2000 foram registados 695 casos e em 2001 um total de 681 agressões.

Já no interior da escola, as escolas participam no Babinete de Segurança do Ministério da Educação, 348 casos de agressões a alunos e 146 dirigidas a professores.

Em 2000 foram registadas 602 ocorrências sobre alunos e 139 sobre professores e no ano anterior 203 e 55, respectivamente. Tudo no interior da escola.

Foram ainda praticadas em 2001, um total de 1400 situações de "bullying" (conceito que define a agressão entre alunos e o exercício do poder do mais forte sobre o mais fraco) contra 808 em 2000 e 179 em 1999.

No que respeita a ações relativas a bens, o gabinete de segurança do Ministério da Educação recebeu no ano 2001, um total de 369 participações de roubo, 338 de vandalismo e ainda de 714 assaltos a alunos.

No ano 2000 foram registados 312 roubos, 275 casos de vandalismo e ainda 297 assaltos a alunos.

Os dados foram fornecidos ao Ministério da Educação pelas escolas do ensino básico e secundário.

## O FIO DA NAVALHA

# Que futuro para a Universidade?



Teresa Marques

Ouvir com interesse na terça-feira o debate na RTP-A sobre a Universidade dos Açores. É patente que a universidade tem sofrido com problemas de falta de alunos e de financiamento. O financiamento do Estado é usado integralmente para o pagamento de ordenados, os restantes despesas dependem do auto-financiamento da universidade que advém das propinas pagas pelos alunos. Daí que a falta de alunos seja um problema tão premente. Em resposta a estas dificuldades tem sido proposta a criação de novos cursos que atraiam mais alunos. Parece pensar-se que os novos cursos criados devem ir no sentido dos interesses dos alunos e das necessidades actuais do mercado. Mas uma universidade não pode andar no seio da corrente. Deve uma universidade fornecer apenas selas para o mercado de trabalho no presente? As mudanças na educação não podem ser moldadas apenas pelas necessidades actuais. A haver novos cursos em funcionamento, a sua organização deve ser pensada com o maior cuidado. Deve pensar-se se os cursos continuarem a ser atraentes no futuro, se a universidade tem professores competentes nas áreas relevantes, se existem infra-estruturas suficientes para o bom funcionamento dos cursos, se existe bibliografia actualizada nas bibliotecas para que os alunos possam estudar. Não podemos ensinar apenas algo que parece actual hoje, correndo o risco de não formar os jovens para o futuro.

A educação correcta tem de se basear na formação de competências básicas, os alunos devem dominar plenamente a sua língua e pelo menos o inglês como língua estrangeira (a língua em que se publicam a maior parte das revistas científicas em todas as áreas, em todo o mundo), os alunos de áreas científicas devem dominar a matemática e demais disciplinas básicas em ciência, como física ou química. E acima de tudo, qualquer aluno bem preparado deve desenvolver espírito crítico, criatividade e capacidade de trabalho. Assim, as restantes disciplinas específicas de um curso poderão ser lecionadas, na certeza que os alunos apreenderão os seus conteúdos. Assim, os alunos estarão verdadeiramente preparados para o mercado de trabalho.

O ensino não pode também ser apenas a transmissão de conhecimentos, pois o saber não é algo acabado, concluído. O papel principal das universidades, que estas podem desempenhar melhor que qualquer outra instituição, é a investigação. Infelizmente, existem docentes universitários que pouco se dedicam à investigação. O problema é nacional. Os professores e assistentes das universidades portuguesas não podem encarar a carreira universitária como mais um emprego de função pública, e muito menos a conclusão dos doutoramentos como uma forma de garantir o futuro do seu emprego. Ao realizar um doutoramento um investigador especializa-se numa área e adquire treino e método na investigação. Mas é apenas o início de uma actividade que deve ser prosseguida continuamente na carreira académica. Quais os melhores universidades a nível mundial e os que são mais procuradas pelos estudantes? Aquelas que são também as líderes em investigação. Só com um grande esforço e investimento na investigação podem as universidades portuguesas servir o país. Só com a ambição de se tornarem melhores científicamente podem as universidades sobreviver e ser competitivas. Só pelo empenho numa investigação efectiva e competitiva pode a Universidade dos Açores tornar-se aliciente para futuros estudantes, açorianos ou não; pois é com investigadores que de facto produzem conhecimento que os futuros alunos podem esperar encontrar um ensino meritório.

Para que este progresso ocorra é necessário um grande esforço e investimento. É necessário o investimento financeiro, mas também de tempo, trabalho e esforço dos membros da Universidade. O que me traz ao último ponto. Como pode o polo da Terra-Chã progredir e desenvolver-se se o investimento mais básico, o necessário para a construção de novas instalações, ainda não foi feito? Desconheço as causas de tal atraso. O que conheço são as actuais instalações em que os departamentos de Ciências Agrárias e Ciências da Educação funcionam, e o que posso dizer é que são degradantes, impróprias para qualquer instituição de ensino, ainda mais uma instituição de ensino universitário. Disse o Sr. Reitor Vasco Garcia no debate de terça-feira que recentemente se investiram 100 mil contos no polo da Terra-Chã. E isso é suficiente? Nem assim as condições são menos vergonhosas. Os departamentos da Terceira necessitam urgentemente de instalações condignas, independentemente do investimento financeiro que isso acarrete. Para este fim, não se podem olhar a meios. Como foi noticiado neste jornal esta semana, Portugal tem de formar cinco milhões de adultos nos próximos 20 anos para que os trabalhadores portugueses tenham níveis de educação iguais aos dos mais avançados países da UE. É necessário um grande investimento para atingir este fim. Portugal precisa de mais ensino de qualidade; os Açores, e a Terceira, precisam de uma melhor Universidade.